

*Douglas Lauletta*

### Brasil: um mês em estado de tensão permanente

Por mais que o calendário avance e o país tente ensaiar alguma normalidade institucional, o último mês da política brasileira mostrou que o Brasil ainda vive sob o signo da exceção. Entre decisões judiciais de grande impacto, derrotas estratégicas do Executivo no Congresso e uma polarização que insiste em sobreviver ao tempo, o cenário político nacional segue marcado por instabilidade, ruído e disputas simbólicas profundas.

No centro desse tabuleiro continua a figura de Jair Bolsonaro. Mesmo fora do poder e agora cumprindo pena o ex-presidente permanece como eixo gravitacional do debate público. Em setembro, Bolsonaro foi condenado a mais de 27 anos de prisão por participação em um plano de ruptura institucional após as eleições de 2022. No último mês, o tema voltou às manchetes com sua internação hospitalar para uma cirurgia de hérnia, realizada sob autorização judicial, mas sem qualquer flexibilização do regime de cumprimento de pena. O episódio reacendeu debates sobre privilégios, legalidade e o tratamento dado a figuras políticas condenadas, amplamente cobertos pela imprensa internacional, como a *Associated Press*.



O plenário da Câmara dos Deputados – Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo



Foto de Jair Messias Bolsonaro em sua residência no Jardim Botânico, durante sua prisão domiciliar.

A reação política não tardou. Aliados do ex-presidente tentaram avançar no Congresso com projetos que, direta ou indiretamente, poderiam reduzir sua pena. A resposta do Palácio do Planalto foi imediata: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou publicamente que vetaria qualquer iniciativa legislativa com esse objetivo. A declaração, repercutida pela agência *Reuters*, não apenas reafirmou a posição do Executivo como também escancarou o clima de confronto entre os Poderes em torno de um caso que se tornou símbolo da defesa da contestação da democracia brasileira.

O Congresso Nacional, aliás, tem sido um espaço cada vez mais hostil ao governo. No último mês, parlamentares derrubaram uma série de vetos presidenciais à nova lei de licenciamento ambiental, impondo uma derrota expressiva ao Planalto. A decisão foi celebrada por setores do agronegócio e da indústria, mas duramente criticada por ambientalistas e integrantes do próprio governo, que viam nos vetos uma tentativa mínima de preservar compromissos climáticos assumidos internacionalmente. A análise publicada pelo *Brazilian Report* aponta que o episódio evidencia a fragilidade da base governista e a dificuldade do Executivo em impor sua agenda no Legislativo.

Esse enfraquecimento político ocorre em paralelo a críticas crescentes à condução da política econômica. Parlamentares da oposição e parte do mercado têm questionado a capacidade do governo de equilibrar responsabilidade fiscal e políticas sociais, num contexto de aumento da carga tributária e incertezas sobre o controle dos gastos públicos. Declarações recentes de líderes partidários, repercutidas pela *CNN Brasil*, reforçam a percepção de que o governo Lula enfrenta uma erosão gradual de capital político no Congresso.

No campo da política externa, o presidente tenta projetar uma imagem de liderança internacional e diálogo. Em meio a tensões regionais, Lula voltou a defender o Brasil como mediador diplomático, inclusive propondo pontes entre Estados Unidos e Venezuela. Ao mesmo tempo, o governo anunciou a mobilização de quatro ministérios para acelerar um plano nacional de transição energética iniciativa destacada pelo *Financial Times* como sinal de compromisso climático, embora cercada de contradições internas, especialmente diante do debate sobre exploração de petróleo na Margem Equatorial.

Mas talvez o traço mais persistente da política brasileira continue sendo a polarização social. Mesmo passados quase três anos dos ataques às sedes dos Três Poderes, em janeiro de 2023, o país segue dividido por narrativas antagônicas. No último mês, esse conflito transbordou novamente para o campo cultural, com boicotes e campanhas nas redes sociais contra empresas acusadas de “posicionamento político”, como mostrou reportagem do *The Guardian* ao analisar reações de grupos bolsonaristas a uma campanha publicitária das Havaianas.

A política brasileira, portanto, não se limita aos gabinetes de Brasília. Ela se expressa no Judiciário, no mercado, na publicidade, nas redes sociais e no cotidiano de uma sociedade que ainda tenta elaborar os traumas recentes de sua história democrática.

Ao final deste mês, o retrato que se impõe é o de um país em permanente estado de tensão: instituições que funcionam, mas sob pressão constante; um governo eleito que governa com dificuldades; e um ex-presidente condenado que, paradoxalmente, continua a pautar o debate nacional. O Brasil segue em movimento, mas ainda longe de um consenso mínimo sobre seu próprio futuro político.

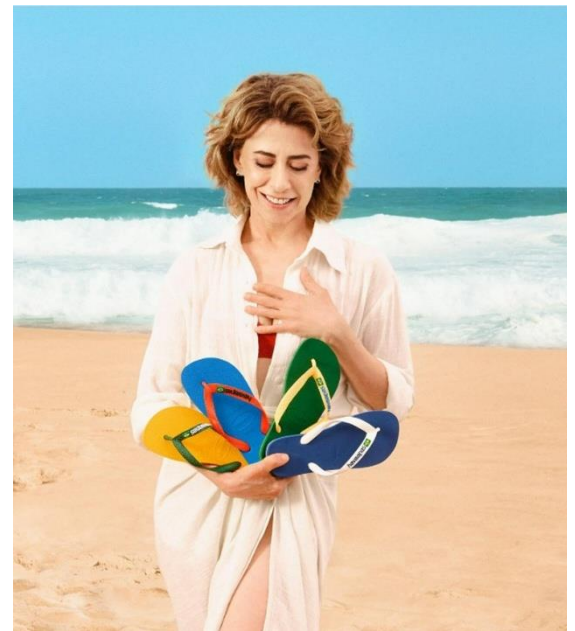
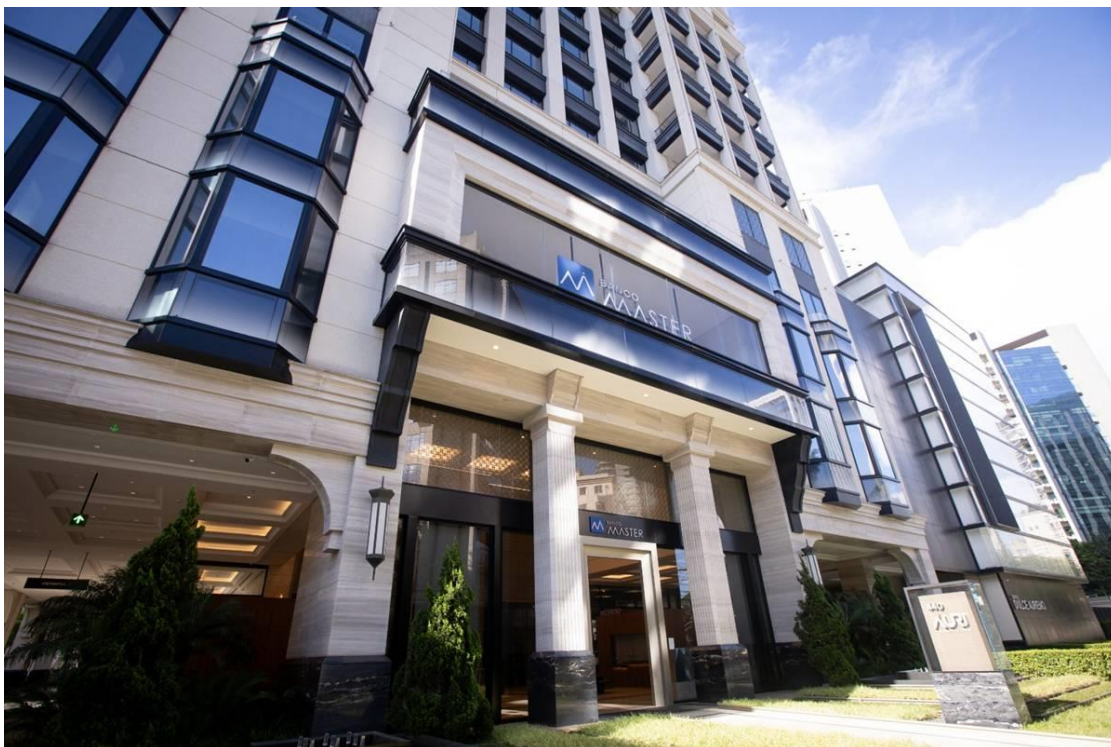


Imagem da campanha das Havaianas com Fernanda Torres — Foto: Reprodução



Fotografia frontal do banco Master.

*Douglas Lauletta*

## Escândalos de Corrupção que Marcaram o Mês

Não bastasse o contexto político carregado, o Brasil ainda viu emergir uma série de escândalos de corrupção que reforçam a percepção de fragilidade institucional e a necessidade de enfrentamento permanente das práticas ilícitas. Um dos casos mais controversos refere-se à articulação da oposição para apresentar pedidos de impeachment contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, sob a acusação de suposta advocacia administrativa e

favorecimento ao Banco Master um esquema que envolve um contrato milionário firmado entre o banco e o escritório de advocacia da esposa do ministro. A oposição busca ampliar o debate em torno de um possível conflito de interesses e instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso.

A Polícia Federal deflagrou, em meados de dezembro, a Operação Igapó, que investiga uma suposta organização criminoso liderada pelo deputado federal

Antônio Doido (MDB-PA), acusada de corrupção, fraude em licitações e lavagem de dinheiro. A investigação incluiu dezenas de mandados de busca e apreensão e ressaltou a amplitude dos esquemas que se estendem por diferentes esferas do governo e da administração pública.

No interior do país, foi a vez da Operação Mãos Limpas, deflagrada pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União, investigar suposto esquema de rachadinha, desvio de recursos públicos, fraudes em licitações e lavagem de dinheiro na prefeitura de Teresina (PI). A operação cumpriu mais de 30 mandados, incluindo prisões temporárias, sinalizando que práticas corruptas persistem inclusive em administrações municipais longe dos holofotes de Brasília.

Esses episódios, somados, revelam uma inquietante constatação: a corrupção no Brasil continua multifacetada e resiliente, atravessando partidos, governos e escalões de poder, apesar de mecanismos legais e investigações em curso. Essa constatação é reforçada por estudos internacionais que apontam o Brasil como um país ainda com significativos desafios de integridade pública, onde a corrupção é percebida como um fator que corrói a confiança nas instituições.

O impacto desses escândalos reverbera diretamente na estabilidade política. Enquanto o governo Lula busca articular sua agenda em meio a derrotas no Congresso, a oposição usa a sombra da corrupção para questionar credenciais e impulsionar políticas de responsabilização institucional. Isso alimenta um clima de descrédito que beneficia narrativas populistas e polarizadas, dificultando a construção de consensos.

*Douglas Lauletta*

## **Geopolítica Mundial: Eixos de Tensão e Realinhamento no Fecho de 2025**



No terreno volátil da geopolítica global, dezembro de 2025 provou ser mais um mês de intensificação de rivalidades estratégicas, recalibração de alianças e disputas pelo controle de recursos que moldam o futuro político e econômico do planeta. Ao mesmo tempo em que atores tradicionais como os Estados Unidos, a China e a União Europeia ano buscam

reforçar suas posições, novos vetores de poder emergem em regiões como a África e o Indo-Pacífico fazendo de 2025 um de profundas transições e 2026 já se desenhar no horizonte como um período de desafios ainda maiores.

Um dos temas centrais que marcou o mês foi a guerra da Ucrânia e seus desdobramentos militares e econômicos. Moscou intensificou seus ataques sobre infraestruturas estratégicas ucranianas, como a cidade portuária de Odesa, visando interromper não apenas a logística de guerra, mas a economia civil e a exportação de grãos essenciais para mercados globais. Em reação, a União Europeia impôs uma extensão de sanções econômicas contra a Rússia, que devem vigorar até julho de 2026, incluindo restrições em comércio, tecnologia e finanças uma clara tentativa de manter a pressão sobre o Kremlin e minar seu acesso a capital e insumos críticos.

As tensões foram exacerbadas por episódios de violência política em solo russo, como o atentado que matou um general de alta patente, alimentando temores sobre a capacidade de manter negociações de paz estáveis no futuro próximo.

No Indo-Pacífico, a rivalidade entre as grandes potências segue em ritmo acelerado. Relatórios recentes do Pentágono indicam que a China prepara capacidades capazes de vencer um conflito com Taiwan até 2027, refletindo um rápido desenvolvimento em capacidades militares avançadas desde sistemas de mísseis de longo alcance até guerra cibernética e espacial. Tal cenário acirra ainda mais a competição estratégica entre Pequim e Washington, levando aliados dos EUA, como Japão e Coreia do Sul, a reforçarem alianças e capacidades de dissuasão como apontado no *New York Times*.



Outros eixos da geopolítica mundial neste fim de ano envolvem dinâmicas comerciais e estratégicas da União Europeia, que vem reposicionando sua política externa com foco em interesses geoeconômicos, sobretudo na África. Projetos como o Corredor de Lobito uma ferrovia que visa integrar zonas minerais da Zâmbia ao porto angolano e ligar commodities ao mercado global são emblemáticos dessa nova fase: ajuda externa europeia com ênfase em retorno estratégico, não apenas humanitário.

No plano econômico global, os mercados refletem a incerteza geopolítica. A volatilidade do petróleo, a ascensão do ouro como ativo de refúgio e mudanças nas cadeias de suprimentos ilustram as pressões de um mundo em disputa por recursos críticos e estabilidade financeira enquanto conflitos persistem em múltiplos pontos do globo.

As disputas geopolíticas também se manifestaram em crises de soberania e tensões diplomáticas diretas. A recente nomeação de um enviado especial dos EUA para a Groenlândia provocou forte reação da Dinamarca, que viu no gesto uma possível violação de soberania lembrança de que mesmo questões aparentemente periféricas podem inflamar sensibilidades históricas e alianças estratégicas.

No cenário tecnológico e de segurança, ocorreu a criação da Global Semiconductor Resilience Alliance, uma iniciativa multilateral para fortalecer a cadeia de semicondutores global um reconhecimento da crescente centralidade desses componentes na economia e na segurança, resultado direto de vulnerabilidades expostas pela competição EUA-China e pelas tensões regionais na Ásia.

Ao olhar para 2026, analistas de instituições internacionais como o *Chatham House* apontam que a competição tecnológica principalmente em inteligência artificial e infraestrutura de dados continuará a moldar os contornos do poder global, aumentando a

desigualdade entre potências tecnológicas e países emergentes e forçando repensar estratégias de soberania digital e alianças virtuais.

O fim de 2025, portanto, não representa um ponto de resolução, mas um ponto de inflexão em que o mundo parece cada vez mais dividido em arenas de competição econômica, militar e ideológica. Entre diplomacias tensas, alianças realinhadas e conflitos de longa duração, a geopolítica global se encaminha para um novo ciclo de disputa marcado não apenas por confrontos tradicionais entre estados, mas também por guerras tecnológicas, disputas por recursos estratégicos e batalhas por narrativas de poder.

Fotografia do presidente dos EUA, Donald Trump, se encontra com o presidente da China, Xi Jinping, no início de sua reunião bilateral na cúpula de líderes do G20 em Osaka, Japão, em 29 de junho de 2019.



*Saulo Santana dos Santos*

## Economia Brasileira de 2025

Recentemente, o Instituto Brasileiro de Pesquisa Tributária (IBPT) lançou um anual sobre o Índice de Retorno do Bem-Estar à Sociedade, ou IRBES, que mede a eficácia do governo em subvencionar os serviços públicos em relação à alíquota cobrada sobre o Produto Interno Bruto (PIB). Os dados indicam que, pelo 14º ano consecutivo, o Brasil tem estado consistentemente na última colocação numa lista de trinta países, incluindo vizinhos como Uruguai (14º) e Argentina (11º).

O estudo também indica que países como Israel, que em anos anteriores figurava na décima colocação, logrou avanços significativos, indo para a quinta posição, o que contrasta fortemente com a estagnação brasileira e levanta dúvidas sobre o real desempenho da economia nacional. Nesse sentido, é essencial perscrutar o escrutínio fidedigno desta, avaliando o desempenho do Brasil em três eixos distintos, mas complementares – a saber: a produção interna,

o nível de investimentos e a evolução da renda –, atendo-se especialmente para este ano de 2025.

### Produção Interna:

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a economia brasileira apresentou um crescimento irrisório de somente 0,1% durante o terceiro trimestre de 2025, o que representa uma desaceleração do já decepcionante desempenho visto durante o segundo trimestre desse ano, de somente 0,3%. Isso, no entanto, representou uma variação de 1,8% em relação ao mesmo período de 2024. Esses dados indicam que a economia nacional está passando por um momento de estagnação, marcado pelo desaquecimento das atividades de setores como a agropecuária.

Apesar da safra recorde de milho e soja em meados desse ano (cujos crescimentos, respectivamente, foram de 14,2% e 19,9% em relação a 2024) o fim desse boom representou um recuo de 0,1% no segundo trimestre.



No final do ano, contudo, houve um crescimento inexpressivo de 0,4% no setor. Isso, entretanto, não implica sinais de recessão, mas de normalização após o efeito excepcional da safra do começo do ano. Prova disso, para citar um breve exemplo, é que o Brasil continua sendo um dos maiores produtores de soja do mundo, pois, de acordo com dados divulgados pela Embrapa, o país produziu 169,49 milhões de toneladas somente no ano de 2025 (cerca de 40% da produção mundial).

O setor comercial, por sua vez, viu uma queda de 1,2% no varejo no mês de agosto, conforme divulgado pelo Índice de Varejo Stone (IVS). Conquanto o quadro seja desanimador, houve uma recuperação de 0,5% da atividade do setor. Diante do observado, Guilherme Freitas, economista, comenta: *“O mês apresentou melhora frente a agosto, mas ainda não foi suficiente para reverter o cenário negativo do trimestre. O desempenho dos últimos 3 meses reforça essa dinâmica, o setor se manteve com resultado levemente negativo, refletindo um consumo mais contido”* (Poder 360). Um fator que foi peremptório para o fenômeno descrito certamente foi a inflação, que é a perda do poder de compra da moeda, a qual esteve consistentemente acima do teto definido pelo Banco Central (BC) de 4,5%. Durante todo o ano de 2025, a inflação trimestral esteve na marca de 5%, mas as projeções para o último trimestre indicam uma possível redução para 4,4%.

A indústria foi outro setor que apresentou uma variação pífia no terceiro trimestre, sendo de apenas 0,8%. Por trás disso, há diversos fatores, mas um dos principais é, evidentemente, a taxa Selic, a qual atingiu a marca de 15% ao ano por determinação do Comitê da Política Monetária (Copom). Esse é o percentual mais elevado desde maio de 2006, indicando tendências de alta dos juros. Para situar melhor o leitor que eventualmente pode não entender o que isso implica, é necessário explicar como a taxa de juros é definida no mercado: cada indivíduo possui uma preferência temporal, que é a sua propensão para consumir algo no presente ou poupar pensando no futuro. Quanto maior ela é, mais eles gastam os seus recursos no presente, seja por meio de consumo ou investimento. Existe, portanto, uma balança que se consolida a partir dessas relações entre a oferta de poupança (ou seja, quanto crédito está disponível para empréstimos)

## HADDAD, CORTE DE GASTOS E O MERCADO FINANCEIRO...



Charge retirada do: <https://blogdoaftm.com.br/charge-hadda-corte-de-gastos-e-o-mercado-financeiro/>

e a demanda por investimentos (que, via de excelência, precisam desse crédito). Quanto maior a demanda por investimentos em relação a oferta de poupança, maior é o “preço do dinheiro ao longo do tempo”, como dizem os dicionários de economia. Portanto, a Selic estar em alta significa que há uma demanda crescente por crédito em relação à sua quantidade disponível. Isso serve de gancho para o próximo tópico:

## Nível de Investimentos:

Em consonância com o Boletim de Estatísticas Fiscais do Governo Geral, publicado pelo Tesouro Nacional, os gastos públicos do Governo Geral (esferas federal, estadual e municipal) têm se consolidado na margem de 43,6%-47,6% em relação ao PIB, enquanto a arrecadação repousa confortável entre 36,7% e 41,8% do PIB. Pondo isso em outras palavras, durante o período analisado (do segundo trimestre de 2024 ao segundo trimestre de 2025) o Governo tem gastado consideravelmente mais do que arrecada. Trazendo um pouco de teoria econômica, o a demanda por crédito abundou em razão dos gastos da máquina pública em relação à escassez relativa de crédito disponível.

Isso eleva a pressão sobre o preço do capital, explicando o aumento da taxa Selic.

Os efeitos disso na economia são difusos, pois afetam simultaneamente e de diferentes maneiras toda a sociedade em conjunto. Um exemplo disso é a reorientação dos investimentos privados: como o governo tem recrudescido sistematicamente os seus gastos, mudou-se a compreensão institucional das suas capacidades de expansão, causada pela absorção crescente da poupança real pelo setor estatal, pela elevação da incerteza fiscal e pela subsequente reorientação dos investimentos privados. Ou seja, os agentes econômicos estão priorizando (1) investir em setores cujo retorno é mais imediato ou seguro e (2) migrar para setores protegidos ou politicamente privilegiados.

Isso é adaptação às novas circunstâncias econômicas, mas tudo isso tem um custo intrínseco, afinal realocar estruturalmente os investimentos demanda tempo e assumir riscos.

Por essa razão que o setor privado operou tão expressivamente no mercado da infraestrutura no ano de 2025. Segundo a Agência de Notícias da Indústria, cerca de 72% dos investimentos no setor no Brasil foram operados pela iniciativa privada. Trata-se, ela, de um setor já consolidado na economia brasileira, pois é institucionalmente solidificado pelas Parcerias Público-Privadas. *“O mercado de PPPs (parcerias público-privadas) no Brasil deve terminar o ano de 2025 com mais de 150 leilões realizados, esultando em mais de R\$ 150 bilhões de investimentos infraestrutura, segundo estimativa*

*da consultoria Radar PPP (...)*” (CNN Brasil).

Além disso, o Brasil registrou recorde de investimentos estrangeiros diretos. Nota-se, nesse sentido, que uma pesquisa da McKinsey indica um crescimento absurdo de 67% no volume desse capital entre maio de 2022 e maio de 2025, significativamente acima da média mundial de 24%, em comparação com o período entre 2015 e 2019. Os números são, sim, impressionantes. Foram, em geral, impulsionados pelos contratos bilionários que o país logrou concluir, incluindo projetos para a construção de uma usina de hidrogênio verde no Ceará, visto com bons olhos pelo mercado. Além desse, há também projetos de extração de petróleo e gás na Bacia de Campos. No entanto, isso contrasta com a realidade de estagnação do crescimento econômico do país, indicando que há outros fatores que atuam como limitantes disso.



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad

Um desses fatores foi a crise fiscal de 2015, que foi a pior recessão da história do país, marcada pela queda substancial dos níveis gerais de investimentos e por um encolhimento da atividade econômica. Na época, houve uma queda acumulada de 7% do PIB e o nível de investimentos despencou de 21% para 15% do PIB Entre 2017 e 2019, o período da convalescença

durante o período. Como a economia brasileira sofreu esse baque durante o primeiro período, tal encolhimento provocou um inchaço nos números do segundo período. Numa lógica simples e fora de escala, é mais fácil você aumentar em 5% 100 unidades de algo do que esse mesmo percentual em 12 mil unidades desse algo. Fora isso, muitos desses investimentos são

num determinado prazo. Isso, na prática, significa que boa parte do capital investido advém, no total, de (1) reinvestimentos em firmas que já operavam em território nacional (o que não consta naquele boom de 67%) ou de (2) investimentos de longo prazo que virão parcelados ao longo do tempo - a produção de hidrogênio verde no Ceará, por exemplo, está prevista para começar somente no último trimestre de 2026 ou no primeiro trimestre de 2027.

Somam-se a isso os dados divulgados pelo Ministério da Fazenda acerca do desempenho econômico do Brasil no terceiro trimestre desse ano. Eles encetam um crescimento de 16,6% na taxa de investimento em relação ao PIB no segundo trimestre, passando para 17,3% no terceiro mas ainda abaixo da média de 18% registrada entre 2000 e 2022. A redução da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede o nível de investimentos em bens duráveis usados para produzir outros bens, apresentou uma redução modesta de 8,1% para 6,0% entre o final de 2024

Terça-Feira  
30 de  
dezembro de  
2025

# JORNAL DO M.O.P.

Últimas notícias e atualizações de boletins

1ª Edição

e o final de 2025. Isso leva a crer que a desaceleração do crescimento da economia doméstica tenha surtido um efeito preponderante para inflar o volume proporcional dos investimentos, pois o Brasil segue sendo o sétimo país que mais cobra impostos em relação ao PIB do mundo e o maior entre os emergentes, além de ter uma burocracia quase kaskiana. A efeito de comparação, o tempo médio para se abrir uma empresa no Brasil é de 21 dias, levemente inferior à média global de 25 dias, mas significativamente acima de países desenvolvidos como Estados Unidos (4-7 dias), Reino Unido (4-6 dias), e de países próximos, como Argentina (5 dias), Uruguai (6-7 dias) e Chile (apenas um dia). Tudo isso implica em custos adicionais de se investir no Brasil, podendo o seu potencial econômico ao enfraquecer ou mesmo desincentivar a FBCF.



## Evolução da renda e conclusão:

A convergência de todos esses fatores (a redução da atividade econômica, as barreiras de entrada, taxa de juros e inflação elevadas), dentre outras coisas, têm influenciado a evolução da renda. É fato que o Brasil está em estado de pleno-emprego desde 2024, com o mercado de trabalho aquecido como já não se via há décadas. O desemprego estacionou nos confortáveis patamares de cerca de 6% desde então, nível esse que é considerado abaixo as taxas naturais de desemprego, reconhecidas pelo Itaú Unibanco como estando por volta dos 8%. Em 2025, esses níveis estão consideravelmente abaixo, tendo a economia brasileira registrado 5,4%. Isso indica que o mercado de trabalho está aquecido, o que, ao menos superficialmente, deveria ser um indicativo de melhoria orgânica da renda per capita, tanto é que o Ipea prevê um aumento de 2,4% da renda per capita do Brasil para este ano.

As desigualdades brasileiras não são somente verticais, como também horizontais. Segundo a pesquisa PIB dos Municípios 2022-2023, do IBGE, somente 25 municípios brasileiros concentram mais de 34,2% de toda a produção interna. Cidades como São

Paulo, por exemplo, têm um PIB equiparado ao de países inteiros. A título de exemplo, basta uma pesquisa no Google para a surpresa: o PIB de São Paulo é quase do mesmo tamanho que o da Argentina. Por outro lado, cidades do interior, como Oeiras do Pará, cujas 57% das turmas das escolas não têm professores formados, jazem eternamente em berço esplêndido à espera desse progresso estampado na bandeira. É válido lembrar que, entretanto, nem tudo é culpa exclusivamente do Governo Lula, posto que as raízes de grande parte dessas desigualdades são históricas. As crises recentes, sim, ajudaram a agravá-las, enervando a poupança e tolhido os investimentos, contudo isso não exime o peso do legado histórico do abandono e da precarização de regiões inteiras renegadas à própria sorte, mas isso também compõe o quadro contemporâneo da economia brasileira e seria tendencioso ignorar.



Ademais, voltando ao tema do desemprego, o renomado Nobel de Economia Milton Friedman, em sua inesquecível crítica à Curva de Phillips, permite que análises especulativas sejam feitas a partir dela e do contexto hodierno do Brasil. Segundo ele, há um falso trade-off, ou seja, um falso custo de troca intrínseco entre a inflação e o desemprego, em que ambos possuem correlação entre si, mas não implicam mútua causalidade. Nesse sentido, é impossível dizer que o aquecimento do mercado de trabalho seja a causa da inflação, mas a sua consequência. Isso se dá porque as expectativas, embora nem sempre plenamente racionais, dos trabalhadores tendem a

se adequar às suas percepções acerca da perda do poder de compra. Isso, segundo ele, levaria a reajustes salariais, criando uma pressão no crédito, levando a um aumento na demanda por dinheiro novo. Os governos, para manter a economia aquecida, tendem a expandir a base monetária para que as forças de mercado não reequilibrem, por meio da taxa de juros, manipulando os níveis de desemprego e mantendo o crescimento econômico de forma artificial.

Isso é, sim, um esforço meramente especulativo, mas fato é que o agregado da Massa Monetária 2, ou M2, que corresponde aos agregados das quantidades de moedas,

notas e depósitos (M1) e ativos de alta liquidez, como poupança e CDBs, cresceu cerca de 12% somente em outubro de 2025 e, apesar da inflação estar contida abaixo do teto de 4%, isso só se deve em razão das taxas de juros historicamente altas. Como resultado, a utilidade marginal da moeda, ou seja, o quanto ela vale, diminui consideravelmente. As perspectivas para a economia brasileira, portanto, não são sombrias no sentido de se antever uma depressão à crise de 1929, mas também não são tão otimistas. São, na verdade, um misto entre um grande potencial e um desperdício maior ainda.



Artista que fez a bandeira Nikollas C. Moraes.

O crescimento trimestral de 0,1% reforça isso: como um país com tanto potencial saiu do top dez das maiores economias do planeta? A resposta está na cumulativa de decisões controversas, riscos desnecessários e políticas mal desenhadas, mas isso não é um decreto final. Como já dizia Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, *“O melhor programa econômico de governo é não atrapalhar aqueles que produzem, investem, poupam, empregam, trabalham e consomem.”*

**“Pela Pátria, Pela Ordem e Pelo Progresso! Compromisso, Ação e Mudança! Viva o Brasil!”**

- Braian Alflen fundador do M.O.P.

